



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do “Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual”

Palácio do Planalto, 13 de outubro de 2003

Minha querida companheira Marisa,
Meu caro companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,
Meu companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,
Meu companheiro Miguel Rossetto,
Walfrido Mares Guia,
Ciro Gomes,
Miro Teixeira,
Celso Amorim,
Meus companheiros e companheiras do Ministério da Cultura,
Produtores,
Artistas,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu volto sempre a lembrar a frase inicial na minha posse como Presidente da República: primeiro a gente vai fazer o que é possível; depois, a gente vai fazer o que é necessário e, quando menos se esperar, estaremos fazendo o impossível.

Não pensem que é fácil fazer transferência de um órgão importante de um Ministério para outro Ministério; existe sempre a idéia de que esse ou aquele Ministério é o lugar ideal para determinada atividade.

Eu penso que, em se tratando de cinema e audiovisual, nós temos que fazer a experiência que tínhamos que fazer, que era vincular a Ancine – Agência Nacional de Cinema, ao Ministério da Cultura, um Ministério



historicamente tão esvaziado, política e financeiramente. Nós estamos dando um passo para recuperá-lo política e, financeiramente, vamos ver se a gente consegue, se Deus quiser, recuperá-lo num futuro muito próximo.

Posso dizer a vocês, com absoluta tranquilidade, que é outra – e que é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental, mas como a base da construção e da preservação de nossa identidade; como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social, tanto pelo fortalecimento da auto-estima do nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica.

Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado. Nos últimos 10 ou 15 anos, no entanto, o que vinha acontecendo era justamente o contrário. Os governos foram se afastando cada vez mais de sua missão nesse campo. E assim o Ministério da Cultura se viu esvaziado, diminuído, omissos. Para dizer de modo breve, chegamos a um verdadeiro paradoxo. O paradoxo do governo brasileiro não ter uma política cultural para o país.

Quando convoquei o companheiro Gilberto Gil para assumir o Ministério da Cultura, confiei-lhe, também, a tarefa de reverter esse quadro absurdo. No momento em que o Estado brasileiro se preparava para assumir o seu verdadeiro lugar e a sua verdadeira função em nossa sociedade, o Ministério da Cultura deveria também retomar o seu verdadeiro papel no horizonte da produção cultural brasileira, o seu papel constitucional de formular e executar uma política cultural para o país. E, assim, incentivar o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira, como, aliás, está sendo feito, num trabalho que



já começa a dar os seus primeiros resultados.

A partir dessa compreensão ampla do fazer cultural e do seu significado para a vida de todos nós, não poderíamos, de modo algum, passar ao largo da criação audiovisual e cinematográfica brasileiras. Também aqui, a situação não era apenas confusa, mas paradoxal e lamentável.

Apesar de movimentar riquezas consideráveis e de criar empregos em todo o país – além de nos ajudar a conhecer a nós mesmos, de influenciar poderosamente na disseminação de práticas e estilos de vida e na formação da consciência nacional – essa produção não foi considerada digna de atenção por parte do Estado.

O Brasil é um país com uma cinematografia rica e variada, com uma economia audiovisual forte e consolidada e, por isso mesmo, cabe ao governo valorizá-la e estimulá-la. Ao não fazer isso, entre outras coisas, os filmes brasileiros foram como que expulsos de nossos cinemas. Foram tratados como presenças incômodas e descartáveis, batendo inconvenientemente na porta das distribuidoras e das salas de exibição, quase todas já ocupadas por produtos estrangeiros.

Não se trata de uma invasão propriamente física, mas de uma influência simbólica, que passa a modelar a sensibilidade, os projetos de vida, as visões de mundo da nossa comunidade. É evidente que a alternativa a essa situação não é o fechamento para o mundo, não é a opção pelo enclausuramento cultural. De modo nenhum. A cultura brasileira sempre se alimentou do diálogo, com informações produzidas nos mais diversos pontos do Planeta. Mas diálogo é uma coisa e monólogo é outra. Com o diálogo temos, de fato, a possibilidade do enriquecimento cultural. Com o monólogo, com o fluxo de mão única, o que temos é a capitulação. Deixamos de olhar para nós mesmos e passamos a nos espelhar no que nos é dado ou imposto de fora.

Como todos vocês sabem, a troca é uma relação necessária e saudável. A dominação, não. E o que veio acontecendo, até aqui, foi que abrimos mão de



nossas próprias criações. Bloqueamos o caminho de nossos produtores e de nossos produtos. Demos de presente os nossos mercados. Como se o mercado de bens culturais – onde se movem o audiovisual e a cinematografia, com todo o seu poder de sedução – não fosse também um mercado onde se formam consciências.

E, o que é curioso, estávamos fazendo isso na contramão da história. Estávamos renunciando às nossas criações, com todas as suas implicações de perda de identidade e econômicas, no momento mesmo em que os países desenvolvidos mais protegiam as suas. E protegiam não só porque a produção audiovisual e cinematográfica é um dos setores mais rentáveis e mais dinâmicos da economia mundial, mas também – e, quem sabe, sobretudo – porque ela é essencial para que um povo reconheça a si mesmo, garantindo a sua autodeterminação espiritual, e para que uma nação afirme o seu caráter, os seus valores, os seus projetos e as suas aspirações no cenário internacional.

Foi nesse contexto que nos voltamos para pensar uma política para o cinema e o audiovisual no Brasil e para repensar o lugar da Ancine no nosso governo. Na verdade, quando foi criada, a Ancine ficou numa espécie de orfandade reivindicada por muitos pais. Não sabiam em que berço colocá-la. Pensou-se numa conexão direta com a Presidência da República ou numa vinculação direta à Casa Civil. E, na última hora, ela acabou vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Bem, não há dúvida de que um produto audiovisual é um produto econômico – um produto que aponta para escalas industriais, que implica emprego e renda e que se integra no jogo de forças do comércio internacional. Mas dizer isso ainda não é dizer tudo, por um motivo muito simples: comprar uma fita de vídeo ou um DVD não é o mesmo que comprar um refrigerante ou um sofá. Todo filme, todo produto audiovisual, tem uma dupla face. De uma parte, é mercadoria, é objeto de compra e venda. De outra, é um bem



simbólico.

Mas, como o que está inscrito nessa mercadoria não é fundamentalmente o seu valor de uso, como no caso do sofá, mas o seu valor simbólico – a sua expressão concentrada da vida e do espírito de um povo –, então a sua dimensão essencial é a da cultura.

Foi o que disseram os cineastas e produtores do audiovisual brasileiro. E tenho plena convicção de que eles estavam e estão certos. Daí a nossa decisão de vincular a Ancine ao Ministério da Cultura. É certo que a nossa política vai exigir ações interministeriais, mas o centro, o pólo irradiador, vai ser, meu caro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura, que você dirige.

O que distingue a economia do cinema e do audiovisual de outras mercadorias de nossa economia é, sem dúvida, o seu caráter cultural. Daí que eu hoje tenho a mais viva alegria em repetir aqui com vocês, já em plano oficial, que a casa do cinema, a casa do audiovisual brasileiro é o Ministério da Cultura.

Hoje, aqui, com esse conjunto de editais e decisões, atingimos cerca de 90 milhões de reais de investimentos – do Ministério da Cultura, da Ancine e de empresas estatais – destinados à cinematografia e às atividades audiovisuais brasileiras. Tratemos agora de incentivar e fortalecer a criação brasileira. Tratemos de multiplicar as possibilidades de expressão de nossa gente, de ampliar e popularizar as salas de exibição de filmes, de favorecer a formação de distribuidoras de nossos produtos, de lutar para garantir o acesso de todos à produção e ao consumo desses bens culturais.

A nossa obrigação mais elementar, o nosso compromisso mínimo deve ser o da conquista de nosso direito de produzir. Mas produzir não basta. Temos de conquistar, também, os nossos próprios mercados, de modo que nossos produtos circulem amplamente, afirmando-se das praias do Amapá aos campos do Rio Grande do Sul. E que, além disso, possamos exportar.



O Brasil já é, na verdade, um país exportador de bens culturais. Nossos filmes, vídeos, telenovelas e canções conhecem hoje um circuito que podemos chamar de planetário. E isso tem que ser incrementado. O Planeta não pode ser submetido a um rolo compressor unilateral que ameace a integridade, o caráter e a criatividade dos países não-hegemônicos.

Este é o motivo pelo qual insistimos, sempre, na defesa do pluralismo cultural, que é vital para a própria democracia. E o nosso respeito ao pluralismo e à diversidade tem que correr paralelamente à recusa de qualquer dominação política ou cultural, seja ela imposta por que meios for.

A questão da nação, a questão da identidade e a questão da cultura não podem ser dissociadas. Elas formam uma coisa só. E é por esta razão que dizemos que a cultura está inscrita no cerne, no coração mesmo, de um novo projeto nacional brasileiro. Por tudo isso, podemos ficar certos de uma coisa: a questão do cinema e do audiovisual para nós, é uma questão fundamental, porque ela é uma das linhas básicas do desenho da cara e do futuro que queremos para nós mesmos e, conseqüentemente, para o mundo.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero terminar este ato dizendo para vocês que o governo não conhece tudo e não pode tudo. Para que a gente possa conhecer melhor e para que a gente possa fazer melhor é preciso que cada um de vocês assuma o compromisso e assuma a responsabilidade. O governo é passageiro. O cinema, o audiovisual e a cultura são, eu diria, eternos.

Portanto, ao invés de ficarem lamentando aquilo que o governo ainda não pôde fazer, por favor, imaginem-se governo e ajudem-nos a fazer o que falta fazer neste país.

Muito obrigado.